



Um Brasil mais velho

A proposta de mudanças nos regimes de Previdência Social no Brasil é motivo de controvérsia ao contrapor os interesses do governo, as necessidades dos trabalhadores e as exigências do mercado financeiro. Nesta edição, um conjunto de matérias busca cruzar o provável impacto dessas alterações – já apontadas como provavelmente negativas – e questões ligadas ao envelhecimento da população. Aparece, pois, uma equação que está longe de ser resolvida.

Aposentadoria pública

Especialistas divergem sobre a proposta de alterações no regime de Previdência e o discurso do combate aos privilégios **P6 e 7**

Reforma da Previdência

As mudanças propostas pelo governo desoneram empresas, mas penalizam os mais pobres, as mulheres e os trabalhadores rurais **P5**

Idosos e economia

A composição da população, a alta inflação e a falta de planejamento de políticas públicas tornam cara a vida de idosos **P8 e 9**

Envelhecimento da população

Artigo discute as mudanças necessárias para atender às necessidades de cuidado e às demandas de mercado de pessoas idosas **P4**

INTERNACIONAL

Multilateralismo em crise

A discussão sobre a saída do Reino Unido da União Europeia, o Brexit, é uma face do enfraquecimento das instituições criadas no pós-Segunda Guerra para pacificar as relações entre as nações e fazer com que todos os países usufruam do capitalismo. **P10 e 11**

CULTURA

Carnavalizando o tempo

Em artigo, o professor da Faculdade de Educação da UFRGS Nilton Mullet Pereira reflete sobre os efeitos do desfile da Estação Primeira de Mangueira, escola de samba campeã do Carnaval do Rio de Janeiro que levou à Marquês de Sapucaí a história do Brasil que não está nos livros. **P12**

Administração

Universidade lança programa de capacitação de gestores **P3**

Fundo Centenário

Associação busca fomento para a Escola de Engenharia **P3**

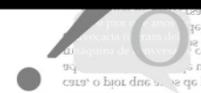
ARTE

Múltiplas possibilidades em pintura

Consagrada como forma de expressão estética, a pintura aposta em trocas de conhecimentos e experiências para se reinventar no século XXI. Configura-se como um misto de tradição e inovação que oxigena uma prática com ritmo desafiador do imediatismo da era de redes sociais.



P13



Espaço da Reitoria

Jane Fraga Tutikian
Vice-reitora e Pró-reitora Acadêmica

Busca por inovar

Vivemos o mais desafiador dos tempos. Não foi à toa que o filósofo Tzvetan Todorov, aqui na UFRGS, em 2012, disse à comunidade acadêmica: “Habitantes do século XXI, somos confrontados a dificuldades que a humanidade não teve que resolver no passado, somos levados a caminhar fora das trilhas já demarcadas. Não surpreende que, com frequência, venhamos a errar; nossa busca é legítima”.

Mal começamos a assimilar o reinado do “pós” e a resposta mais contundente a ele veio numa única palavra que envolve uma rede de concepções e de contextos: inovação. Não há como, neste final do segundo decênio, pensarmos a sociedade, a economia, a política, a instituição, o estar na vida, enfim, sem inovação. Gosto muito da dimensão que lhe dá Jean Queyranne, quando caracteriza a inovação como um continuum.

Aplicando essa ideia à Universidade, esse continuum começa com a formação do estudante até levá-lo ao mercado de trabalho, abarcando a pesquisa, a criatividade, a interação com a sociedade e a renovação/recriação de valores éticos (ou não teria sentido!). A inovação tem de trabalhar pelos valores humanos, não apenas pelo mercado, até porque, se assim fosse, passaria ao largo da missão e dos

objetivos da Universidade.

Nesse sentido, a inovação pode ser percebida como uma espécie de capacidade coletiva que nos diferencia e que nos leva a nos reinventar. Os ingleses falam, com muita propriedade, em inovação social, uma inovação não puramente tecnológica, mas com o envolvimento das ciências humanas e sociais. É no que acreditamos. E é como nós fizemos a melhor universidade federal do Brasil pelo sétimo ano consecutivo.

Se inovação exige conhecimento, técnica, visão de presente e de futuro, exige condições de contexto e produção, e a UFRGS, através das Unidades, dos órgãos, dos professores pesquisadores, técnicos e discentes tem trabalhado fortemente nesse sentido. Exemplos seriam muitos, desde o Parque Zenit às startups, às empresas juniores, aos laboratórios de ponta, etc. Neste outono, dois ambientes de inovação, a TUAUFRGS e as Salas de Aula Invertidas, foram inauguradas.

TUAUFRGS surge, baseada na transparência, universalidade e agilidade, para oferecer aos alunos da graduação e da pós-graduação o acesso rápido aos serviços, sobretudo àqueles relacionados à vida acadêmica. Trata-se de uma estrutura de atendimento multicanal: os

alunos podem acessar os serviços por meio de um catálogo online, em uma plataforma própria, didática e intuitiva, e de redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram e Whatsapp). Também estão à disposição dos discentes uma linha de atendimento telefônico e três unidades presenciais nos Câmpus Centro, Vale e Litoral Norte. O projeto teve a participação dos alunos desde a sua concepção até a entrega da Central. O espírito é deles, a linguagem é deles, a cara é deles.

As duas Salas de Aula Invertidas (flipped classroom), projeto que a UFRGS coloca à disposição da comunidade, trazem consigo a proposta de uma nova didática, em que o aluno é o protagonista e aprende de forma mais autônoma com o apoio de tecnologias, em conformidade com Paulo Freire, que afirmou em 1996, sobre a educação: é preciso “mudá-la completamente até que nasça dela um novo ser tão atual quanto a tecnologia”.

A verdade é que trazemos conosco, repletos de orgulho, nosso passado de 85 anos, e construímo-nos, no presente, como uma UFRGS plural e inovadora, com a responsabilidade do entendimento de que, se queremos uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável, ela passa por nós. Nossa busca é legítima.



Atendimento Multicanal



@tua.ufrgs



@TUAUFRGS



@tuaufrgs



tua.ufrgs.br



Carta aos leitores

Passaram-se três meses desde a posse do novo governo federal, e o noticiário tem nos mostrado uma administração sem um rumo claro ou um projeto de nação. Como veículo jornalístico editado por e para uma universidade pública, o JU tem estado atento a essas movimentações.

Neste momento, é a transição do corpo de servidores públicos da ativa para a aposentadoria que merece uma visada mais demorada: não só pela proposta de mudanças nas regras enviada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, mas também por uma preocupação da Universidade de preparar aqueles que projetam suas aposentadorias para essa mudança na forma de viver. Ainda que a UFRGS busque um olhar mais humanizado sobre a velhice, as perspectivas que se desenham com as mudanças na Previdência não são muito animadoras.

Para pensar sobre essa questão, trazemos uma reportagem com um levantamento do que o governo propõe. Além disso, um artigo aponta o quanto o discurso sobre as mudanças na Previdência Social pública são

construídos a fim de favorecer sobretudo empresários, bancos e investidores. O que se prevê, no cenário apontado por ambos os textos, é um futuro pouco promissor para os trabalhadores-contribuintes, que terão benefícios mais limitados.

Mas, afinal, o que muda na vida quando um indivíduo chega à velhice? Para refletir sobre isso, trazemos artigo com um conjunto de dados que mostra uma mudança significativa na composição etária da população brasileira e o impacto disso nas necessidades dos idosos e mesmo nas relações entre os diferentes grupos. Para completar esse debate, uma reportagem com minucioso apanhado do custo da vida que, pelo avançado da idade, faz com que as pessoas precisem de assistência de diversas ordens, o que torna a vida bastante mais cara.

Pensando ainda sobre temáticas da atualidade, nos voltamos para as artes visuais: a pintura hoje é uma prática artística que se renova e que — mesmo com uma retomada da importância dada à técnica — permite

experimentações de diversos tipos. Ainda, essa reflexão se estende pelo *Ensaio*: a fotógrafa Rochele Zandavalli se deparou com um conjunto impressionante de pinturas feitas pelos internos da Fase e se sentiu provocada a pensar sobre os processos de inclusão e exclusão no campo artístico.

Também, um artigo discute o quanto o enredo apresentado pela Mangueira no carnaval deste ano possibilita uma reflexão sobre o próprio fazer histórico. Uma reportagem traz elementos sobre o Brexit como um exemplo bastante claro de um processo de esfacelamento dos acordos transnacionais e de uma crise no chamado multilateralismo. Complementam a edição dois acontecimentos institucionais importantes: o Fundo Centenário e o programa de formação de gestores. Na seção *Entre nós*, o professor de Botânica Sérgio Leite e a distante e isolada antena de transmissão da Rádio da Universidade em Eldorado do Sul pelo olhar de Osvaldo Arboit.

Boa leitura!



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farróupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor Rui Vicente Oppermann
Vice-reitora Jane Fraga Tutikian
Chefe de Gabinete João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social André Iribure Rodrigues
Vice-secretária de Comunicação Social Edina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
E-mail: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial Alex Niche Teixeira, Ânia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer
Editor-chefe Everton Cardoso
Editora-executiva Jacira Cabral da Silveira
Editor-assistente Felipe Ewald
Repórteres Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein
Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira
Diagramação Carolina Konrath
Fotografia Flávio Dutra, Gustavo Diehl e Rochele Zandavalli
Revisão Antônio Falchetta
Bolsistas (Jornalismo) Bárbara Lima, Carolina Pastl, Emerson Trindade Acosta, Isabel Linck Gomes e Natalia Henkin
Estagiários Karoline Costa e Mélani Ruppenthal
Circulação Douglas de Lima
Impressão Gráfica da UFRGS
Tiragem 10 000 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.





Desenvolvimento para gestores inicia neste ano

Gestão Programa oferece atividades para servidores de diversos setores

O Programa de Desenvolvimento de Gestores, criado para gestores e dirigentes da administração central, unidades regionais e acadêmicas, é uma iniciativa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com a Pró-reitoria de Gestão com Pessoas (Progesp). As atividades com o primeiro grupo iniciaram em 26 de março deste ano e durarão cerca de um ano e seis meses. Para o segundo grupo, que engloba todos os gestores, as aulas começarão em maio, com duração de dois anos.

Segundo a Universidade, o objetivo do programa é capacitar os gestores da UFRGS em competências governamentais, institucionais e gerenciais prioritárias para o desempenho das atividades e demais responsabilidades inerentes à função que ocupam, para alcançar a excelência na gestão universitária. As atividades incluem palestras, mesas-redondas, minicursos e oficinas.

Além disso, a ação é uma das recomendações primordiais dos órgãos de controle (Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União) e do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e uma demanda permanente dos servidores da UFRGS.

Entre os assuntos abordados no correr do curso estão internacionalização, gestão do

conhecimento, inovação, transversalidade, inclusão, legislação de pessoal, sustentabilidade, ética, negociação, incentivo ao desenvolvimento, liderança, planejamento, tomada de decisão, comunicação.

As competências priorizadas tiveram como base resultados do

Censo de Desenvolvimento de Servidores, realizado em julho de 2017 com técnico-administrativos e docentes da Universidade. Segundo a diretora da Escola de Desenvolvimento de Servidores (Edufrgs), Cristina Diffini, a adesão foi de cerca de 50%, índice considerado bom. A partir das

respostas, foi criado um grupo de trabalho para estudar as necessidades de capacitação desse público, bem como das lacunas no desenvolvimento de competências importantes, conforme os organizadores. Uma segunda edição da pesquisa está sendo planejada para este ano.



RAMON MOSER/ARQUIVO SECOM - AGO 2014

FINANCIAMENTO

Aposta no longo prazo

Embora ofereça alguns dos melhores cursos do Brasil, a Escola de Engenharia (EE) da UFRGS ainda não está entre as que mais dispõem de recursos para inovação e pesquisa quando comparada a instituições estrangeiras. Isso foi o que motivou a idealização, iniciada em 2017, do Fundo Centenário, associação cujo objetivo é ser uma fonte de recursos perpétua, dedicada a apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação da EE. A iniciativa partiu de um grupo de alunos e ex-alunos, entre eles os estudantes de Engenharia de Produção Eduardo Prato, Francisco Simch e Vitorio Canozzi.

“Queremos fazer parte do processo de transformação da nossa cidade. Acreditamos que a engenharia é um dos motores de uma sociedade desenvolvida, e a inovação vem muitas vezes da Universidade. A UFRGS pode ser um dos principais motores de

inovação da nossa cidade, e pesquisas direcionadas podem gerar riqueza na nossa região, principalmente quando podemos alinhar interesses da academia com os do mercado”, analisa Eduardo.

O Fundo Centenário, associação sem fins lucrativos, é baseado no modelo de fundos patrimoniais ou *endowment funds* – termo comum nos Estados Unidos, onde a população tem a cultura de doar para museus, universidades e instituições de pesquisa – que preveem a captação de doações com o intuito de formar uma reserva e utilizar apenas os rendimentos reais para custear investimentos de longo prazo.

Para Francisco Simch, não existia até então um mecanismo eficiente, transparente e que passasse confiança aos doadores. “Durante dois anos nos reuníamos aos sábados de manhã para estruturar o projeto, buscar nosso propósito,

pensar em um modelo de governança que passasse seriedade, levantar nomes de ex-alunos notórios, preparar materiais de apresentação. Foram várias discussões saudáveis para que chegássemos aqui.” Ainda segundo ele, não havia um canal de conexão entre a Escola de Engenharia e ex-alunos que desejassem apoiar projetos. É importante salientar, contudo, que o Fundo Centenário não traz retornos imediatos, mas em cerca de uma década, segundo a perspectiva otimista dos idealizadores. “Daqui a dez anos veremos como valeu a pena ter saído da zona de conforto. Nesse período, imaginamos o fundo resgatando os ex-alunos para fomentar projetos de pesquisa, inovação e infraestrutura da Escola de Engenharia. Além disso, outro objetivo que temos com nosso projeto é o de influenciar outras universidades e ONGs do sul do país a criarem estruturas de financiamento por

meio de endowments, que possibilitam um planejamento de longo prazo e financiamento recorrente”, explica Francisco.

No Brasil, outras duas instituições aderiram ao mecanismo: Museu Judaico e Amigos da Poli-USP (Escola Politécnica da Universidade de São Paulo). Para Eduardo, que está finalizando o curso de Engenharia de Produção, após a tragédia do Museu Nacional, ficou evidente a necessidade de se encontrarem formas de sustentabilidade “eterna” na instituição de ensino, pois não seria mais possível pensar apenas no orçamento do momento presente, mas no longo prazo. “Além disso, precisamos tomar consciência de que se usufruímos cinco anos de educação gratuita e de qualidade, então temos que tentar retornar isso para a sociedade e para a universidade. É uma troca. É a doação que vai impactar em nossos netos e bisnetos”, finaliza.



UFRGS TV

CONHECENDO A UFRGS

A geografia da música platina

A região localizada próximo à Bacia do Rio da Prata, que reúne países como Argentina, Uruguai e Paraguai, e também o Rio Grande do Sul, possui uma vasta produção cultural e musical que transborda fronteiras. A música criada no pampa tem estéticas próprias que se relacionam e repercutem na identidade desse espaço.

Uma das áreas que estuda essas relações entre território e cultura é a Geografia da Música, que toma as produções musicais como objeto geográfico. Nesse contexto se encaixa a tese de doutorado de Lucas Manassi Panitz, Redes Musicais e [re]composições no Prata, trabalho vencedor do Prêmio CAPES de Teses 2018. “A música se organiza em um território: existe um conjunto de equipamentos culturais, como estúdios, casas de shows, lojas de discos, lugares que se articulam principalmente no espaço urbano. A forma como ela se organiza e como fala do espaço, através das canções, nos dá um material de análise para a geografia”, explica o pesquisador. Entre 2009 e 2016, o geógrafo acompanhou diversos músicos independentes de Argentina, Uruguai e Brasil, como Kevin Johansen, Vitor Ramil, Jorge Drexler e Ana Prada.

Na tese, Lucas argumenta que a música é responsável por recompor territorialmente a região. “É um momento em que determinados estratos da identificação platina no Rio Grande do Sul, que pareciam um pouco apagados, ressurgem a partir da própria identificação desses músicos com ritmos tipicamente platinos, como o Tango, a Milonga e o Chamamé”, expõe.

Vinicius Rodrigues Dutra,
estudante do 8.º semestre de
Jornalismo da UFRGS

Assista ao programa

O programa Pesquisa em Pauta vai ao ar no dia 25 de abril, às 23h, na UNITV, canal 15 da NET Poa, e também pode ser assistido ao vivo: unitv.tv.br



Sociedade em envelhecimento

Johannes Doll*

Viver mais tempo é um velho sonho da humanidade, como comprovam muitos mitos e lendas que buscam a longevidade ou até a imortalidade. O sonho de chegar a uma idade avançada está agora se tornando realidade para cada vez mais pessoas, e isso está transformando as sociedades contemporâneas. Mas quais são as razões para esse envelhecimento populacional? Quais são as consequências? Trata-se somente de um problema para o sistema previdenciário ou os efeitos vão mais adiante? Na verdade, o envelhecimento significa uma reestruturação da pirâmide populacional que possui fortes impactos para a sociedade em praticamente todas as esferas.

O envelhecimento populacional iniciou no Brasil na metade do século XX. Foram duas mudanças fundamentais que levaram a esse processo: a redução da mortalidade e a diminuição da fertilidade. A elevação da expectativa de vida, que nada mais é do que a média das idades em que as pessoas morrem, foi impulsionada principalmente pela diminuição da mortalidade infantil. No Brasil, ela caiu de 121 mortos para cada mil nascidos vivos em 1960 para 12,8 por mil em 2017, elevando a expectativa de vida de 48 anos em 1960 para 76 anos em 2017. Além da diminuição da mortalidade infantil, houve avanço na medicina de forma geral, diminuindo a mortalidade também durante a vida adulta e mantendo as pessoas vivas por mais tempo.

A diminuição da fertilidade também teve forte queda no Brasil a partir da metade do século XX, caindo de 6,2 filhos por mulher em 1960 para 1,77 em 2018. As causas dessa queda rápida são várias, com destaque para as melhores formas anticoncepcionais, bem como uma forte urbanização no período.

Enquanto no meio rural filhos representavam mão de obra a mais, as crianças se tornaram na cidade um fator de custos.

O resultado dessas mudanças é uma nova divisão das estruturas etárias na sociedade brasileira. Enquanto antigamente havia muitas crianças e poucos idosos, o número de crianças diminuiu bastante em função da baixa da fertilidade e o número de idosos aumentou em função da diminuição da mortalidade durante a vida adulta. A partir de 2030, o grupo dos idosos será maior que o grupo de crianças com até 14 anos e, em 2055, haverá mais idosos do que crianças e jovens com até 29 anos de idade. Em 2060, mais de um terço da população brasileira será constituído de pessoas com 60 anos ou mais (33,7%). Isso afeta também as estruturas familiares, com uma horizontalização da família – muitos membros na mesma geração, como irmãos e primos, mas a convivência somente de no máximo três gerações – para a verticalização da família – poucos membros da mesma geração, mas muitos membros em outras gerações, como avós, bisavós ou até tataravós.

Nesse contexto de mudanças, a população idosa também se diversifica, alterando a composição etária do próprio grupo: hoje é cada vez maior o número de pessoas que alcança uma idade avançada e muito avançada, inclusive passando dos 100 anos. Uma forma de diferenciar os idosos é a divisão em Terceira e Quarta Idades. Enquanto a Terceira Idade se refere às pessoas idosas que estão em boas condições físicas e cognitivas, muitas vezes ainda trabalhando ou aproveitando da vida, o termo Quarta Idade é usado geralmente para descrever idosos com problemas físicos e cognitivos que comprometem seriamente as atividades diárias e a autonomia.

Usando estes conceitos, podemos analisar os impactos para a sociedade. O maior número

de pessoas idosas e a diminuição de jovens e adultos vão trazer consequências para o mercado de trabalho. Já pode ser observado que a força de trabalho está envelhecendo, e a falta de trabalhadores jovens pode levar à necessidade de as empresas manterem os trabalhadores mais velhos, que, além de possuírem experiência, também são considerados mais confiáveis e dedicados. Por outro lado, deve-se pensar em formas de atualização para os trabalhadores mais velhos e na estruturação etária da mão de obra para aproveitar as qualidades das diferentes faixas etárias.

Outro aspecto que se refere aos idosos mais jovens é o surgimento de um novo mercado de produtos da vida cotidiana e do lazer para esse grupo populacional. O setor de turismo já oferece viagens especialmente voltadas para esse público. Apesar de as pessoas idosas no Brasil, na sua grande maioria, não disporem de tantos recursos quanto em muitos países desenvolvidos, esse grupo possui necessidades específicas que devem ser atendidas.

Olhando para a Quarta Idade, surgem outras necessidades, mais voltadas para questões do cuidado. Com o aumento da longevidade e o número maior de pessoas na faixa de 80 e 90 anos aumentam os casos de doenças crônico-degenerativas, especialmente demências. Antigamente, as poucas pessoas que chegavam a uma idade avançada eram cuidadas pela família, geralmente por mulheres. Atualmente, com a diminuição do número de crianças, a maior profissionalização das mulheres e o número alto de pessoas idosas, a família geralmente não possui estrutura para cuidar dos seus membros mais velhos.

Surge aqui a necessidade de se criar em estruturas que possam ajudar as famílias na tarefa do cuidado. Isso pode ser por Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), pode ser através de serviços que ajudam as

famílias na tarefa de cuidado, pode ser em forma de centros-dia que recebem pessoas idosas durante o dia. O que será preciso é o desenvolvimento de estruturas diversificadas que possam atender às necessidades das pessoas idosas e das famílias nas suas diferentes situações e nos seus diferentes contextos sociais. E surge nesse contexto também a questão do financiamento do cuidado. Encontram-se, no mundo, diferentes formas disso, como um seguro obrigatório especial para financiar o cuidado, modelo que existe na Alemanha e no Japão; pode ser vinculado aos serviços de saúde existentes, que necessariamente precisam se adaptar à nova realidade do alto número de pessoas idosas em idades avançadas, ou pode ser feito por meio de serviços privados pagos, o que levanta a questão de como cuidar do grande número de pessoas idosas que não possuem condições financeiros para pagar por esses serviços.

Isso remete a uma questão importante: a distribuição dos recursos de uma sociedade para seus membros. Já houve visões apocalípticas de guerras entre jovens e idosos a respeito dos recursos da sociedade, mas, por enquanto, a solidariedade entre as gerações, o apoio mútuo, está ajudando a evitar as perspectivas catastróficas. Entretanto, o crescente individualismo e a luta por vantagens para cada grupo pode comprometer a paz social. Nesse sentido, o debate sobre a previdência é uma questão importante para mostrar se existe um consenso de solidariedade entre gerações que visa a uma sociedade para todas as idades ou se prevalece o darwinismo social que pretende eliminar grupos considerados não produtivos.

* Professor da Faculdade de Educação/UFRGS

Reforma penaliza mais vulneráveis

Sonilde Lazzarin*

A Constituição Federal de 1988 explicita os objetivos fundamentais da República, entre eles, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, bem como a redução das desigualdades sociais e regionais. Nesse contexto, a própria Carta define a Seguridade Social como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social, devendo ser financiados por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e, também, das contribuições sociais dos empregadores e dos trabalhadores e dos demais segurados da Previdência Social, além de outras fontes.

A Seguridade Social passou a ser considerada a causa de todos os males que afligem o Brasil, ou seja, firma-se o discurso segundo o qual a aprovação da Reforma Previdenciária levaria o país a um virtuoso crescimento econômico, com eliminação de entraves à produção, ao desemprego, à dívida pública, com a correção das desigualdades e a eliminação de privilégios e favorecimento aos mais pobres.

Importante referir que a Reforma Trabalhista entrou em vigor no final de 2017 com idêntico discurso. Isto é, a alteração da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) era necessária para viabilizar a geração de empregos formais, a estabilidade jurídica e o crescimento econômico. Verifica-se que, passado

mais de um ano da reforma, a perspectiva não foi confirmada: verificou-se, ao contrário do propagandeado, elevação dos dados estatísticos de desempregados e desalentados, bem como o aumento da informalidade, do trabalho intermitente, da terceirização e de outras formas de precarização do trabalho, cumulados com a desvalorização dos sindicatos e o aumento das dispensas coletivas. Todas essas consequências também impactaram na arrecadação da Seguridade Social. Além disso, a reforma gerou insegurança jurídica, com inúmeras ações de inconstitucionalidade pendentes de julgamento no Supremo Tribunal Federal.

É equivocada a ideia segundo a qual a Reforma da Previdência solucionará a crise sem a adoção de estratégias de resolução de problemas estruturais no Brasil, como a reforma tributária, a reversão da baixa produtividade e da falta de investimentos tecnológicos e educacionais, sem falar nas fraudes, nos grandes devedores e nas desonerações fiscais.

Nesse contexto é apresentada a PEC 6/2019. Pode-se dizer que a nova sistemática funda-se nos seguintes pilares: reduzir e dificultar (ou inviabilizar) o acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais; desonerar as empresas; penalizar os mais pobres; sacrificar as mulheres e trabalhadores rurais; e direcionar os trabalhadores à previdência privada. Os grandes privilegiados serão os empresários, os investidores e os bancos. Essa conclusão – e a identificação dos eleitos para pagar a conta dos desequilíbrios atuais – decorre da análise das novas regras propostas, confrontando-as com o discurso atual.

Na justificativa da PEC, informa-se

que os ricos tendem a se aposentar mais cedo e com maiores valores, e que os trabalhadores socialmente mais favorecidos (maior renda, formalidade, estabilidade ao longo da vida laboral e melhores condições de trabalho) tendem a se aposentar por tempo de contribuição. Destaca-se, ainda, que os trabalhadores mais pobres (menor renda, maior informalidade, menor estabilidade ao longo da vida laboral, menor densidade contributiva e piores condições de trabalho) não conseguem contribuir o suficiente para se aposentar por tempo de contribuição, restando apenas a aposentadoria por idade, com valores mais baixos (o valor médio é de R\$ 1.252,00).

Para promover justiça social, diz a PEC, haverá idade mínima para todos. Porém, é preciso esclarecer que a PEC, ao contrário disso, penaliza drasticamente os mais pobres, os quais têm na aposentadoria por idade a única possibilidade. Pela legislação atual, homens aos 65 anos e mulheres aos 60 anos, com 15 anos de contribuição, aposentam-se por idade. O valor do benefício é 70% da média das 80% maiores contribuições, mais 1% por ano de contribuição (importando em um percentual mínimo de 85% da média apurada).

De acordo com a PEC, o tempo de contribuição mínimo (para homens e mulheres) passará para 20 anos, a idade das mulheres para 62, e o valor da aposentadoria por idade será reduzido tanto pela média que será calculada sobre a totalidade das contribuições como pelo percentual sobre a média, o qual passará para 60%. A partir de 20 anos de contribuição, computar-se-á 2% por ano (exigindo-se inalcançáveis

40 anos de contribuição para ter direito à integralidade).

A nova regra para aposentadoria por idade é perversa e valerá também para trabalhadores rurais e professores. As mulheres serão fortemente atingidas, considerando-se a situação de descontinuidade laboral, informalidade, desgaste pelo exercício da dupla jornada e falta de acesso a creches públicas.

Há uma completa desnaturação da aposentadoria especial, a qual é destinada àqueles que trabalham em condições prejudiciais à saúde. A PEC estipula uma pontuação (soma da idade e tempo de contribuição) e reduz o valor do benefício mediante a aplicação da mesma regra de cálculo dos demais benefícios.

Do mesmo modo, reduz o valor da aposentadoria por invalidez (60% da média geral, mais 2% por ano de contribuição que exceder 20 anos) e da pensão por morte (altera de 100% para apenas 50%, mais uma cota individual de 10% por dependente), e ainda cria limitações ao acúmulo do benefício de pensão por morte com aposentadoria.

Por fim, o idoso miserável terá direito ao benefício de um salário mínimo a partir dos 70 anos, e o reajuste dos benefícios poderá ficar abaixo da inflação, sem contar a mudança do sistema de repartição para a capitalização.

A obstaculização do acesso aos direitos sociais e o aviltamento dos valores dos benefícios aumentará as desigualdades sociais, gerando mais exclusão social.

*Professora de Direito do Trabalho e Direito Previdenciário na Faculdade de Direito/UFRGS



O foco está no servidor

Previdência Proposta de reforma previdenciária flamula bandeira do combate aos privilégios, mas traz falhas

GUSTAVO DIEHL/SECOM

A servidora Vera Rodrigues de Oliveira aposentou-se após 35 anos de UFRGS



Samantha Klein

Ao caminhar pela casa do estudante do Câmpus Centro (CEU), Vera costumava ouvir cada morador da residência. Concorrido – são 396 vagas –, o equipamento é extremamente importante para estudantes cujas famílias não têm moradia própria na Capital, mas também carrega inúmeros problemas. Roupeiros velhos, geladeiras que param de funcionar e barulho dos colegas de outros andares são reclamações recorrentes dos moradores.

“Ser diretora da Divisão de Moradia Estudantil foi uma das experiências mais ricas que vivi em 35 anos de Universidade. Ao mesmo tempo em que existem diversos problemas pontuais e uma necessidade enorme por mais vagas, esse é um dos serviços mais importantes para manter os estudantes em sala de aula, porque não adianta apenas termos um sistema de cotas, mas [é necessário]

pensar em como manter esses estudantes na UFRGS”, observa a servidora aposentada Vera Rodrigues de Oliveira, que faz questão de dizer que é mulher negra e nascida na periferia. “Ao mesmo tempo em que destaco isso, sei que obtive cargos porque me capacitei para isso”, complementa.

Graduada em Ciências Sociais e doutora em Educação, após rodar por outras universidades, escolas e sindicatos para dar formação a professores sobre diferenças de gênero e raça, Vera foi diretora da Divisão de Moradia durante quatro anos – função exercida até a opção pela aposentadoria, em julho do ano passado. “Sou de um tempo em que a produtividade das pessoas era mais importante do que bater o ponto. Agora essa é a lógica da Universidade; assim como eu, outros colegas optaram por se aposentar. Não precisava ter saído, mas a lógica dos minutos, a pressão em fechar oito horas

é mais relevante do que aquilo que um profissional tem a oferecer, e isso não me serve”, diz a servidora inativa em relação às rotinas adotadas pela UFRGS a partir de questionamento do Ministério Público Federal.

O Palácio do Planalto incluiu um mecanismo que autoriza a aprovação de futuras mudanças nas regras de aposentadoria por meio de projetos de lei

Vera, que sempre foi militante sindical, político-partidária e dos movimentos negros, completou seu tempo como servi-

dora pública em idade e tempo de serviço e considera ter se aposentado “com orgulho de sua trajetória”. As regras que regeram sua aposentadoria já sofreram alterações e poderão sofrer alterações ainda mais drásticas se a proposta de reforma da previdência for aprovada no Congresso.

Outro servidor aposentado, Sílvio Correa se mantém trabalhando na Assufrgs, sindicato que representa os técnicos administrativos, e alerta para o risco de perda de benefícios garantidos, já que a proposta de reforma da Previdência abre possibilidades para mudanças posteriores através de projetos de lei (PLs). Diferentemente desses, as propostas de emenda à Constituição (PECs) – caso do texto da reforma enviado pelo governo ao Congresso – precisam ser aprovadas em dois turnos com três quintos dos votos.

Sem alarde, o Palácio do Planalto incluiu na proposta

um mecanismo que autoriza a aprovação de futuras mudanças nas regras de aposentadoria por meio de projetos que exigem menos votos no Congresso do que o texto atual. Se aprovada, a medida permitirá que alterações em regimes previdenciários passem a ser feitas fora da Constituição. Artigos da PEC enviada ao legislativo estabelecem que o governo poderá apresentar projetos de lei complementar para realizar modificações na aposentadoria dos setores público e privado, como alterações de idade mínima e tempo de contribuição. “O texto apresentado pelo governo diz que haverá manutenção dos direitos já adquiridos, então teoricamente as pessoas estão tranquilas; no entanto, lendo nas disposições transitórias, se tiver que fazer balanço das contas, é possível mexer na aposentadoria. No meio do projeto há uma armadilha para quem está contribuindo hoje”, ressalta Sílvio.



Privilégios – Em defesa da reforma da previdência, o presidente da República se manifestou recentemente dizendo que “vamos combater os privilégios e colocar o Brasil no rumo do crescimento”. Ressaltou ainda que todos serão atingidos, sem deixar ninguém de fora, porque “a nova Previdência será justa para todos. Todos seguirão as mesmas regras de idade e tempo de contribuição. Respeitaremos as diferenças, mas sem excluir ninguém”. O tema divide opiniões entre especialistas.

O professor Sérgio Rangel, do curso de Ciências Atuariais da UFRGS, considera que a necessidade de reformar o sistema previdenciário não reside somente em corrigir distorções, mas também em garantir a sustentabilidade da Previdência no médio e longo prazos, considerando o rápido envelhecimento da população. “A mudança demográfica é

muito grande. O horizonte de vida das pessoas, segundo dados do IBGE, aponta para 76 anos em média, mas precisamos pensar na sobrevivência das pessoas. Hoje, aos 62 anos de idade, uma mulher tem uma esperança de mais 22,5 anos de vida. Trabalhamos com a hipótese de chegar aos 84,5 anos. No caso dos homens, a esperança de vida é de mais 17 anos. Além disso, é importante olhar para a reversão do benefício, ou seja, com a morte do beneficiário, paga-se para o cônjuge.”

Marilinda Marques Fernandes, advogada especializada em Previdência, pondera que os servidores públicos já foram alvo de reforma recente. “Quando nos dizem que é para corrigir os desvios do sistema, trata-se de uma falácia, porque já houve correção. Os servidores contribuem com 11% e os estatutários do estado e de Porto Alegre já pagam 14%.

É um discurso justificativo, mas não corresponde à verdade dos fatos. Por outro lado, os servidores que entram a partir de 2013 já não têm paridade e integralidade ao se aposentar, somente as médias das contribuições”, esclarece. Ela ainda destaca que o cálculo 85/95, que agora está em 86/96 – soma entre a idade e o tempo de contribuição para as mulheres e para os homens – já estabeleceu uma idade mínima e um tempo de contribuição.

Adicionalmente, os servidores públicos têm impedimentos próprios, distintos e até mesmo inconfundíveis com os da iniciativa privada, não sendo possível alterar direitos fundamentais das pessoas sem levar em conta as diferenças, conforme destaca Marilinda. Um exemplo é a impossibilidade de um funcionário público ser dono ou sócio de empresa, tipo de vedação que não existe

na iniciativa privada. Alguns concursos também preveem a dedicação exclusiva, impossibilitando que o profissional exerça outras atividades laborais.

As médias dos benefícios pagos pela União – em especial pelo Judiciário – trazem distorção muito grande quando comparadas aos assalariados da iniciativa privada. Essa é a opinião do professor Sérgio Rangel. “São sistemas em que é difícil fazer a comparação. O Regime Geral da Previdência Social tem um benefício que é limitado ao teto de 5,9 mil reais, e a contribuição também incide somente até o teto, diferentemente do que acontece com os vencimentos dos servidores [concurados até 2013]. Estes contribuem sobre todo o seu salário. É uma das diferenças da previdência dos celetistas e dos estatutários. Além disso, o servidor, ao se aposentar, precisa se desligar

do serviço público, já o trabalhador da iniciativa privada pode se aposentar e continuar trabalhando, aumentando sua renda”, salienta o docente.

O projeto de emenda constitucional, entre outros pontos, prevê: aumento da idade mínima para aposentadoria; fixação de tempo mínimo de contribuição; eliminação da aposentadoria apenas por tempo de contribuição; alíquotas progressivas para contribuir com a Previdência; regras de transição para a passagem para o sistema novo. Atualmente, os trabalhadores da iniciativa privada não têm idade mínima para se aposentar, e os estatutários têm, sendo no mínimo 60 anos para homens e 55 para mulheres. Para o celetista, o empregador deposita 8% do rendimento, formando o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); já o servidor não conta com esse direito.

Onde está o rombo das contas públicas?

A auditora aposentada e coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, afirma que o rombo das contas públicas no Brasil é resultado da dívida pública adquirida ao longo de anos. “Ele não está nem nunca esteve na Previdência Social. Esse cálculo de déficit que o governo vem fazendo não considera todo o conjunto de contribuições nem a própria participação do orçamento fiscal que está prevista no artigo 195 da Constituição Federal. No artigo 194 foi criada a previdência do regime geral, assistência e saúde, e no 195 estão presentes todos os tipos de contribuição pagos pela sociedade. Os trabalhadores pagam sobre a folha, as empresas também e os consumidores pelo consumo”, disse em entrevista no final de março à TV Verdes Mares.

“Essa é uma discussão contábil”, contesta o economista Henrique Serra Sitja, que destaca como receitas de fato previdenciárias as contribuições do empregado e do empregador. Para o especialista, são essas que sustentam o regime de previdência ao longo do tempo. A legislação brasileira, no entanto, criou outros impostos que têm o carimbo de seguridade social, como os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O economista opina que, como são tributos sobre o consumo, não deveriam existir. “Eles reduzem a atividade econômica, a renda e o emprego. Discutir se há ou não déficit utilizando receitas que não são classificadas como previdenciárias pela Ciência Econômica me parece um desvio de foco não produtivo”, observa.

Alíquotas – De acordo com o texto encaminhado ao Congresso, alíquotas variando de 7,5% a 22% serão estabelecidas para o serviço público.

“Pelo que os estudos mostram, a gente entende que a cada real que o servidor contribui para a Previdência ele recebe bem mais do que o trabalhador da iniciativa privada. Não é o indivíduo que ocasiona o déficit, mas dado que esse dinheiro precisa vir de algum lugar, instituir alíquotas progressivas é algo que entendo razoável e justo. Claro, mexe-se com categorias que têm poder maior de organização. A proposta, como foi apresentada, pegaria todo mundo, atacaria quem mais ganha no setor público. Porém, ficarei bastante surpreso se o congresso conseguir aprovar”, destaca o economista.

O projeto de reforma abre possibilidade para que sejam estabelecidas alíquotas mais elevadas no caso de estados em crise, a exemplo do Rio Grande do Sul. Também auditor do Tribunal de Contas do Estado, Henrique Sitja ressalta que a proposição do governo pode abrir possibilidades para mudanças nos regimes previdenciários, como no caso do Instituto de Previdência do Estado (IPE). Ele destaca que hoje, por lei, os regimes próprios têm amparo no estado e nas prefeituras. Nos municípios, Sitja considera que a situação também é alarmante, porque todas as prefeituras sofrem com o déficit atuarial – a diferença negativa entre as obrigações a pagar e a receita proveniente da contribuição dos trabalhadores que estão em atividade.

“Hoje, o risco está com o ente público e é dividido com a sociedade. O IPE tem déficit financeiro de 10 bilhões reais por ano arcado pelo dinheiro do Tesouro que conta com a arrecadação de ICMS, IPVA, entre outros tributos. O que parece estar posto no texto é que esse déficit pode vir a ser responsabilizado dos servidores públicos como já acontece com os fundos privados em que, ao faltar dinheiro, é estabelecida uma alíquota extra aos associados. Isso é algo que pode vir a representar redução de renda muito grande aos aposentados.” Henrique classifica a me-

didada como um corte indireto de renda para o funcionalismo: a renda bruta segue a mesma, mas o dinheiro depositado mensalmente será reduzido pela criação de uma nova alíquota.

Já o professor Sérgio Rangel considera que a reforma da Previdência deveria ser mais profunda para ser sustentável. Ele considera que o modelo pay as you go, em que os trabalhadores da ativa contribuem para pagar a aposentadoria dos aposentados, continuará praticamente o mesmo, ainda que seja criado um regime de capitalização. O docente explica que a proposta sugerida pela equipe econômica do governo, e que poderá ser aprovada por meio de projeto posterior, é o regime de capitalização nacional, uma mescla dos modelos sueco e norueguês, um regime híbrido de repartição e de capitalização. “É um sistema de contas virtuais com contribuições das pessoas que venham a ingressar no mercado de trabalho a partir de algum período ou por meio do sistema da carteira de trabalho verde e amarela. As contribuições continuam financiando os atuais aposentados e os pensionistas, é um sistema sem o custo de transição. É uma espécie de conta individual. O que for guardado pelo trabalhador será a base de sua aposentadoria acrescida de juros e correção”, explica.

Cada vez menos o funcionalismo público e os trabalhadores da iniciativa privada poderão contar com o poder público para formar os benefícios previdenciários, assegura Rangel. “As pessoas precisam buscar formas de poupar para ter uma renda adicional à aposentadoria. Grande parte da população tem reserva nula e é muito difícil chegar à velhice sem ter sequer o dinheiro para pagar os custos com saúde. As pessoas são imediatistas, gastam tudo o que ganham vivendo o agora e acabam não tendo o hábito de economizar. Educação financeira é urgente no Brasil”, alerta.



O custo de envelhecer

Economia *Envelhecimento da população brasileira impacta em maiores despesas para os idosos e em mudanças estruturais no país*

O Brasil envelhece e encarece. “Eu vejo muita diferença nos gastos de hoje em relação aos de quando era mais jovem. Coisas básicas que eu não atrasava agora tenho que atrasar”, relata a técnica em enfermagem aposentada Vera Maria Gomes, 69 anos. E isso se comprova nos números: a inflação acelerou de 0,69%, no terceiro trimestre de 2018, para 0,80%, no quarto trimestre, conforme dados da Fundação Getúlio Vargas. O Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC-3i) chegou aos 4,75% diante dos 4,32% acumulados no ano passado. O IPC-3i mede a variação da cesta de consumo de famílias majoritariamente compostas por indivíduos com mais de 60 anos de idade. Ou seja, está mais caro ser idoso no Brasil.

Além disso, a transição demográfica é hoje uma realidade brasileira. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, o país tinha 28 milhões de idosos – o que equivalia a 13,5% do total da população brasileira. A previsão é de que, em 2042, a população de idosos atinja cerca de 25% do total.

Por isso, de acordo com o professor de Pós-graduação em Economia da UFRGS Giacomo Balbinotto Neto, deverá haver mudanças significativas na economia: “A gente deve trocar um número alto de escolas, creches e pediatrias por cuidadores, casas geriátricas e geriatrias”.

Já José Antônio Lumertz, professor do curso de Ciências Atuariais da UFRGS, alega que é preciso reconceituar quem é idoso. “Em 2003, o Estatuto do Idoso disse que quem tem mais de 60 anos é idoso, numa contextualização de que essa pessoa deveria ter tratamentos especiais. Mas será que realmente com 60 anos as pessoas hoje precisam desse tratamento? Tanto é que, em julho de 2018, saiu uma lei criando o idoso especial aos 80 anos. Na regra geral, definir o idoso com 60 anos é um erro muito grande. Inclusive porque estamos vivendo mais”, entende.

Para o professor aposentado dos cursos de Psicologia e de Serviço Social Sérgio Antônio Carlos, no entanto, não é possível generalizar. “As vezes uma pessoa acima de 70 anos é diferente, em termos de necessidade e de limitações, de outra com 100 anos. E tu podes ter pessoas com doenças em qualquer idade, até quando criança: isso não é exclusividade do idoso”, defende.

Adriane Teixeira, gerontóloga e professora de Fonoaudiologia da UFRGS, concorda: “Envelhecer tem seus aspectos negativos, mas também há questões positivas, assim como em toda fase da vida”.

Só que, para a professora aposentada Rita Abbat, 81 anos, ainda se tem uma mentalidade na sociedade de, aos 60, já ser velho. “Não é fácil”, comenta em relação a preconceitos. “E não é fácil porque somos a primeira turma grande de velhos. O Brasil envelheceu”, conclui.

Saúde – Em relação à saúde, a inflação é ainda mais alta. O professor José Lumertz explica: “A cada ano, a inflação médica é em torno de 15 a 18%, enquanto a financeira fecha em 6 a 8%. Isso porque nós vamos descobrindo novas formas de tratar doenças anteriores. É o preço que pagamos para essa longevidade maior”.

Já o economista Giacomo Balbinotto Neto observa as consequências desse desenvolvimento na área da saúde: “Hoje as doenças tendem a se cronificar, já que a pessoa pode conviver com elas por mais tempo. E isso exige gastos muito grandes com internação, hospitalização, planos de saúde, exames, consultas e remédios, que representam em torno de 54% da renda de um idoso. Sem falar que, numa idade um pouco mais avançada, muitas vezes, há a necessidade de cuidadores todos os dias”, completa.

Para a aposentada Rita Abbat, a saúde pesa muito nas contas. “Eu não sei se apenas com salário de professora conseguiria cuidar disso. Tudo tens que pagar. Se teu médico te recomenda fazer ginástica, fisioterapia e exames, tens que pagar”, reclama.

A professora e coordenadora da UNAPI (Universidade Aberta para Pessoas Idosas), Adriane Teixeira, confirma: “A grande parte dos gastos das pessoas idosas acaba sendo com a questão da saúde. Muitas pessoas não conseguem fazer uma preparação para o envelhecimento. E o que acontece é que elas acabam tendo uma série de problemas e não têm como custear um plano de saúde. Quem ganha um salário mínimo não consegue pagar um plano privado. E a gente sabe que o SUS é muito bom, mas o acesso a tudo isso é complicado”.

O professor José Lumertz, que também é assessor atuarial das Unimed do Rio Grande do Sul, explica que valor do plano

de saúde para essa faixa etária é alto por causa do grande “risco”. Assim, para ele, o problema não está no preço do plano em si. “Se ganhássemos uma boa aposentadoria, o plano de saúde não seria o problema. Hoje isso aparece no plano de saúde porque custa caro”, se posiciona.

A aposentada Vera Maria Gomes está pensando em largar seu plano de saúde por causa disso. “Eu só uso uma vez por ano para fazer aquele checkup e, dependendo do exame, além de pagar a mensalidade, ainda pago uma diferença. Que bom que não uso tanto porque é sinal de que eu estou bem. Só que vou ficar doente e se não tiver dinheiro para pagar as contas. E contratar cuidador é muito caro”, relata.

A aposentada Maria Conceição Ribeiro, amiga de Vera, também está sentindo no bolso a questão do plano. “Pra mim, a parte médica está muito cara. Se eu pudesse, eu saía do meu plano de saúde”, relata. Maria ainda comenta que está fazendo economias: “Como eu vejo que meus filhos não vão ter estrutura para cuidar de mim, eu já estou guardando dinheiro para ir para uma clínica. Porque eu sei que eles não vão poder parar (de trabalhar). É difícil”, termina.

Só que isso não é a realidade de todos. A Pnad de 2008 aponta que existiam 140,7 milhões de habitantes sem cobertura de planos de saúde e 49,1 milhões com cobertura. Isso quer dizer que apenas 25,8% dos brasileiros têm planos de saúde, enquanto ¾ da população brasileira é dependente do SUS.

O ex-presidente do Conselho Estadual do Idoso Sérgio Antônio Carlos também traz para discussão as farmácias populares. “Essas unidades te dão algumas medicações básicas. Só que são as mais baratas. As outras a pessoa tem que se virar. Há limitações de repasse de medicamentos e de atraso também”, denuncia.

Outros gastos – Sobre o transporte público nessa faixa etária, Sérgio Antônio Carlos reflete: “A pessoa idosa de baixa renda só vai ter isenção a partir dos 65 anos. Quando se precisar ir ao médico, vai ter que pedir carona para um vizinho, ou ainda pedir um dinheiro emprestado. E eu não estou nem falando em viajar, sair para veranejar. Não é por aí. É para o dia a dia mesmo”. Já a aposentada Rita Abbat traz outro ponto: o da dificuldade física de se usar transporte público. “Eu tenho muita dificuldade em

me locomover: antes andava de ônibus; hoje já uso mais o táxi”, relata.

A gerontóloga Adriane Teixeira também levanta problemas com a alimentação: “Os alimentos são muito caros. Pensar em comer melhor ganhando um salário mínimo é inviável”. A aposentada do Ministério da Saúde Maria Conceição Ribeiro, 68 anos, reclama: “Hoje o açúcar está de um preço, amanhã de outro, e a aposentadoria é sempre a mesma. Pra mim, a dificuldade está gritante”.

Mas a vice-coordenadora da UNAPI e professora de Fonoaudiologia na UFRGS, Maira Olchik, faz um contraponto: “Muitas vezes, envelhecer bem também depende do que a pessoa construiu a vida inteira. Alimentação saudável, atividade física e estudo. Claro que, quanto maior a renda, mais fácil. Mas eu acho que não dá para colocar a culpa só nas questões sociais”, defende.

Mercado de trabalho – Como reflexo desse alto custo de vida que a Terceira Idade enfrenta hoje, no Brasil, os idosos estão adiando a saída do mercado de trabalho. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2013, o número de idosos ativos – ou seja, trabalhando – já soma 7,2% da população brasileira. Em quase uma década, a participação desse grupo aumentou 35,8%. Enquanto 27% estavam no mercado formal, 45% atuavam por conta própria.

O economista Balbinotto Neto vê como uma tendência mundial. “Isso se dá porque esses idosos estão vivendo mais e porque as aposentadorias são baixas. Então, para o trabalhador e a sua família continuarem tendo um padrão de vida aceitável, tendo em vista também os gastos que ele vai ter de enfrentar, ele busca uma complementação na renda”, explica.

É o que Rita fez: “Eu sobrevivi todo esse tempo porque continuei ganhando depois. Tive que fazer uma poupança. Agora, sim, eu vivo apenas com a minha aposentadoria de professora. Viajar? Nem pensar. Eu só consigo fazer viagens porque eu me propus a trabalhar depois de aposentada”, comenta sobre ter voltado a atuar como professora.

Já para a contadora aposentada Iara Alves, 71 anos, a história foi diferente: voltou a trabalhar por acaso como office girl. “Só parei porque estava abraçando

muita coisa e estava me estressando demais. Mas adorei ter voltado a trabalhar. E hoje, se me convidassem de novo, eu iria. Eu não sinto a idade que eu tenho”, relata.

A participação dos idosos no mercado de trabalho avança, enquanto cai a da população mais jovem. Conforme a Pnad Contínua, nos últimos seis anos, o contingente de trabalhadores com idade entre 18 a 24 anos recuou de 14,9% para 12,5%, enquanto aqueles com mais de 60 anos passou de 6,3% para 7,9%. Isso pode ser considerado negativo para a Economia quando colocado em vista o mercado de trabalho – que necessita de jovens para executar funções em empresas e indústrias. Isso gera desemprego entre a população mais jovem e faz com que, em muitos lares brasileiros, os idosos sejam a principal fonte de renda – cerca de 45% deles, conforme Pesquisa da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) em 2018.

Além disso, se, por um lado, o estudo mostra que os idosos são de grande importância para o sustento de seus lares, por outro, se observa também que muitos deles apenas conseguem pagar suas contas, sem que haja sobras para realizar um sonho de consumo ou investir. De modo geral, 36% dos idosos brasileiros até conseguem pagar suas contas sem atrasos, mas fecham o mês sem recursos excedentes, conforme dados de 2018 do CNDL e do SPC Brasil.

Por isso, Giacomo vê a participação dos idosos no mercado de trabalho como algo positivo: “Essas pessoas já têm certa experiência e poderão passar para as novas gerações. Então, precisamos encontrar maneiras para assegurar que esse idoso ainda possa continuar trabalhando sempre que quiser”. Além disso, o professor lembra que planejamento financeiro, quando possível, é importante para se envelhecer melhor. “Recomendo que a pessoa guarde de 10 a 15% do salário hoje para um fundo de aposentadoria. Para encarmos a velhice não como um fardo, e sim como outro período no qual se possa desfrutar com uma renda adequada, com o melhor atendimento possível”, opina.

Carolina Pastl,
estudante do 5.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



O Brexit e a crise do multilateralismo

Relações externas *Organizações internacionais estão se tornando cada vez mais contestadas*

Samantha Klein

Uma das facilidades de viajar pela Europa é a possibilidade de percorrê-la sem se preocupar com a alfândega. É o caso de Clare Vaughan, estudante de doutorado em Sociologia na Universidade de Newcastle, que pretende visitar uma amiga brasileira que estará em Amsterdam

em breve. Essa é uma oportunidade rara de se encontrarem, mas a discussão sobre o Brexit – e a incerteza do governo diante dos próximos passos em relação ao tema – trouxe receio para a britânica. “Tenho medo de não ter a mesma liberdade que hoje tenho de ir e vir entre um país e outro. A saída do Reino Unido do bloco constituirá uma série

de prejuízos para os cidadãos. É um temor não só meu, mas de muitos jovens que vivem no Reino Unido”, diz.

Segundo analistas, o Brexit – saída do Reino Unido da União Europeia – traz mais incertezas do que possíveis benefícios para a nação. Ao mesmo tempo, mostra mais uma face da crise do multilateralismo, sistema as-

sentado em organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) — instituições criadas no pós-Segunda Guerra que se veem cada vez mais contestadas com a ascensão de governos populistas e o processo global de desemprego estrutural.

É bem verdade que, quando

você estiver lendo esta reportagem, o Reino Unido e seus políticos talvez tenham tomado a decisão de estender o prazo para confirmar o Brexit ou ainda buscar um novo referendo. A primeira votação, realizada em 2016 por ocasião da promessa de campanha do ex-primeiro ministro britânico David Cameron, ocorreu em um ambiente em que



ninguém acreditava que a saída da União Europeia (UE) seria aprovada. O movimento dos eurocéticos não era exatamente uma novidade, mas ganhou fôlego com a eleição de governos conservadores.

Com uma saída sem acordo, da noite para o dia a economia britânica deixaria de fazer parte de um bloco econômico para ingressar nas regras gerais da Organização Mundial do Comércio (OMC). Exportações passariam a ser afetadas por tarifas e controles de fronteiras, produtos frescos se tornariam alvo de controle sanitário, aviões poderiam ter impedimentos para voar entre países da União Europeia e o Reino Unido e outros países e surgiriam barreiras para o ingresso de peças industriais no Reino Unido – a Honda Motors, por exemplo, já anunciou o fechamento de sua fábrica de automóveis em Swindon, Inglaterra.

Essas possíveis consequências só foram apresentadas em estudos e pesquisas posteriores à decisão pelo Brexit. “Estou preocupada com o impacto que isso terá na infraestrutura e na educação do Reino Unido como um todo. Há tantas estruturas, projetos e programas sociais que foram construídos com o dinheiro da UE, e as pessoas, em geral, não levam isso em consideração. Temo que seja um caso de ‘você só sabe o que tinha até perder tudo’”, considera Clare.

Na Universidade de Newcastle, onde faz o doutorado, ela convive com dezenas de estudantes estrangeiros provenientes de países europeus. Clare pesquisa a falta de moradia entre mulheres jovens e destaca que muitas organizações de apoio a esse público, que contam com recursos do bloco comercial, temem a desassistência com o evento do Brexit. “Desde a decisão do referendo, o sentimento de insegurança aumentou diariamente, e muitas pessoas que conheço estão preocupadas com o que isso pode significar para suas vidas. Essa é uma preocupação especial para mim porque eu gostaria de trabalhar no terceiro setor no futuro. As ONGs também recebem muitos voluntários do Serviço Voluntário Europeu, e existe o receio de que esses jovens já não possam ser elegíveis para o programa depois que sairmos da UE”, lamenta.

Simultaneamente, o Brexit pode ser considerado um dos principais exemplos de populismo do atual momento político. A própria realização de um referendo para discutir o tema é uma medida populista, segundo a doutoranda em Direito Internacional pela UFRGS Laura Sartoretto. “Um tema tão complexo não pode ser tratado como uma discussão sobre uma legislação qualquer. As consequências deveriam ter sido apresentadas corretamente, e isso só começou a ser feito após

a aprovação do processo. Houve uma irresponsabilidade muito grande dos políticos. Agora a União Europeia vai mostrar que não é tão simples assim acionar o Artigo 50.” A cláusula de retirada do bloco – Artigo 50 da legislação europeia, introduzido na lei pelo Tratado de Lisboa – diz que todo Estado-membro pode se retirar da União Europeia, sendo o Reino Unido o primeiro a acionar tal dispositivo desde a criação do bloco.

Modelo em questão – O episódio do Brexit se insere num processo de crise que se denomina multilateralismo. Para entender essa conjuntura, é importante, segundo o professor do Departamento de Ciência Política da UFRGS Eduardo Svartmann, fazer um apanhado histórico. A partir do século XVII, recorda o docente, todas as nações da Europa passaram a buscar soberania nacional e, com isso, se estabeleceu a lógica da competição entre Estados. A disputa por mais territórios resultou em conflitos como a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais.

Após a destruição social, humanitária e econômica promovida pelo segundo conflito mundial, foram criados mecanismos para minimizar o acirramento de disputa de interesses entre as nações. “O primeiro grande esforço foi a Liga das Nações, ao final da Primeira Guerra, que fracassou. Com as conferências

para o restabelecimento da paz, a ONU foi constituída com o propósito de firmar relações amistosas entre os países em 1945. O surgimento dos organismos multilaterais tem esse pano de fundo. A partir disso, foram criados outros fóruns, espaços de regulamentação da competição política, econômica e geopolítica, tais como a OMC ou o Conselho de Segurança (CS) que, em última instância, existem para evitar a guerra”, ressalta.

Os organismos internacionais foram criados também com a intenção de contribuir para a reconstrução das nações afetadas. Com isso, Svartmann ressalta, são promovidos os valores democráticos e a economia de mercado. Critica-se a atuação da ONU ou do CS, pois os Estados Unidos, maior financiador, recorrentemente desacata suas decisões, o que não acontece no âmbito da OMC.

Sistema de solução de controvérsias independente das demais instituições internacionais, a OMC agiu no caso da disputa entre o Brasil e o Canadá por causa do mercado de aviões de médio porte, envolvendo a Embraer e a Bombardier. Os países batalham desde a década de 1990 no organismo internacional defendendo estímulos a suas fabricantes e contestando os subsídios governamentais que são concedidos a suas concorrentes. Ao contrário de outras organi-

zações internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) – cujas regras são ignoradas por muitos países –, uma decisão do órgão de solução de controvérsias da OMC não cumprida por um país tem consequências concretas, como retaliação comercial por parte de outros parceiros.

Ao fazer parte da ONU, as nações atuam diplomaticamente nos fóruns multilaterais e almejam cadeira no Conselho de Segurança. O professor Eduardo Svartmann observa que os países em desenvolvimento, como China, Índia, Brasil, Rússia e Turquia, começaram a utilizar esses organismos multilaterais para fazer valer seus interesses políticos e econômicos. É o que ficou conhecido na primeira década desse século como a “emergência dos restos ou os novos emergentes”. Assim começa também a crise do sistema multilateral.

Recentemente, a China despontou como um ator global que disputa a hegemonia com os Estados Unidos. Maior exportador de produtos manufaturados e um dos maiores importadores de matérias-primas do planeta, o governo comunista colabora para tornar o sistema mundial mais complexo. Segundo o professor, nesse contexto, Estados Unidos e Europa passaram a se questionar internamente sobre a pertinência das instituições multilaterais.

Nacionalismo e desemprego

Em abril de 2013, o prédio de uma fábrica de roupas encomendadas por diversas marcas e comercializadas por varejistas de renome na Europa, como a Primark, desabou em Bangladesh, matando 1.100 pessoas de uma só vez, no que ficou conhecido como o pior acidente do tipo no país. Desde então diversas marcas estão lutando para limpar a imagem de serem multinacionais coniventes com a exploração do trabalho em condições precárias por parte de seus fornecedores.

Essa dinâmica, lembra o professor Eduardo, decorre do processo de transferência, por parte das multinacionais, de suas fábricas dos Estados Unidos e da Europa para países asiáticos que flexibilizaram leis trabalhistas e ambientais, gerando desemprego em seus países de origem porque “os telefones da Apple têm o design e a tecnologia pensados na Califórnia, mas são fabricados na China ou Indonésia”, adverte Svartmann.

Já a doutoranda em Direito pela UFRGS Laura Sartoretto destaca que se trata de um acirramento daquilo que Naomi Klein, escritora crítica aos efeitos do consumo desenfreado, chamou de



Em janeiro deste ano, novas manifestações aconteceram na Grã-Bretanha em razão do Brexit

capitalismo de catástrofe, e as crises servem para que grandes empresas aproveitem para realizar o sequestro das estruturas públicas. “A criação dos organismos com o espírito de multilateralismo, autodeterminação dos povos, igualdade e pacifismo é uma ideologia que bate de frente com o capitalismo neoliberal. O multilateralismo coloca obstáculos para o lucro sem limites das companhias, que querem estabelecer acordos que vão dizer como se preserva o meio ambiente e os direitos humanos e trabalhistas”, sustenta Laura.

Na mesma direção residem as contradições da atual onda de nacionalismo exacerbado, conforme destaca Fernanda Barasuol, professora de Relações Internacionais da Uniritter. “Por um lado, países como os Estados Unidos e suas grandes empresas multinacionais se beneficiam do

multilateralismo e da globalização, mas, por outro, precisam defender o nacionalismo para a sua base política – mesmo que se saiba que essas políticas não tenham nenhuma chance de funcionar, considerando que os empregos perdidos não serão retomados, porque as diferenças de salários são tão astronômicas que as multinacionais não vão retomar suas plantas nos países de origem.”

A pesquisadora acrescenta que há incongruência no movimento de defesa do nacionalismo, porque as mesmas elites que defendem esse orgulho exagerado precisam se defrontar com as empresas que se beneficiam do livre comércio e da globalização. O momento atual é de acomodação de forças, segundo Fernanda. Por isso, os analistas têm dificuldade em definir quais serão os prejuízos das políticas populistas.



Um acontecimento chamado Mangueira

Nilton Mullet Pereira*

Tudo vira narrativa. Eu gostaria de cantar, dançar ou mesmo desfilir. Mas, irremediavelmente, estou a escrever um texto. E isso é uma prisão, reconheço. E é essa exatamente a minha paradoxal distância/proximidade com a Estação Primeira de Mangueira em 2019. Distância porque o modo de expressão que uso ainda está preso à soberba da linguagem; proximidade, porque ousou, com a escrita, experimentar as singularidades selvagens que envolvem a intriga, o enredo criado pela Mangueira.

Expressaria muito melhor tudo o que quero dizer se cantasse, dançasse ou desfilasse na Sapucaí. Mas... escrevo. Esse é o limite.

Torno código o que é incodificável.

Torno história o que é tempo.

Torno prosa o que é poesia.

Torno narrativa o que, em si, é indecifrável.

Melhor seria o silêncio. Ele permite uma absoluta experiência chamada História para ninar gente grande.

Mas vou me aventurar com a linguagem.

O samba-enredo da Mangueira apresenta ideias muito interessantes sobre a história do Brasil, problematizando, efetivamente, uma série de personagens e eventos que, por muito tempo, não

fizeram parte dos livros didáticos e das aulas de História. É bem verdade que Zumbi dos Palmares, a Revolta dos Malês, a Conquista (não o descobrimento), a tortura na época da ditadura civil-militar, o genocídio indígena fazem parte, hoje, da maioria das publicações didáticas e de muitas aulas de história Brasil afora. Faltam ainda outras tantas como Dandara, Luísa Mahin ou Leci Brandão. Há muito ainda o que fazer em termos de redefinir nossa História ensinada e muito mais ainda a fim de combater nossa memória racista. Mas desde a crítica à história dos heróis, à história factual e das datas comemorativas, lá nos anos 1980, o ensino de História tem se renovado e enfrentado seus principais dilemas. Vagarosamente, tem inserido novos temas, novos sujeitos e produzido narrativas que incluem em lugar de apagar. A própria Mangueira é protagonista de um samba-enredo memorável lá em 1988, quando questionava *Cem Anos de Liberdade: Realidade ou Ilusão?*

Mas, tudo o que podemos fazer em sala de aula ainda é pouco. E está na hora de aprender.

Aprender com a Mangueira. Não se trata de aprender a inserir novos personagens históricos (ainda que isso seja muito importante); não se trata apenas de repensar narrativas tradicionais, como a do descobrimento ou a da abolição assi-

nada pela Princesa. Ainda que isso tudo seja um movimento necessário na escola e fora dela.

O que me parece que faz da Mangueira um acontecimento é outra coisa.

É o tempo.

É a liberdade.

É o entusiasmo.

“Os modos de temporalizar o tempo que conhecemos são ficções históricas altamente sofisticadas, que têm se sustentado no apagamento, na invisibilidade, no genocídio, na violência e no racismo”

Nilton Mullet Pereira

O acontecimento é o carnavalizar. Quando algo acontece, mergulhamos no silêncio que, na sua passividade e padecimento, nos abre como uma pura escuta, preparando-nos para sermos tocados pelo acontecimento.

É o que faz a Mangueira: carnavaliza a realidade e a história e nos joga no jorro do tempo.

Um tempo carnavalizado.

Com a Mangueira aprendemos a mais difícil das lições: o que se diz do tempo não coincide com o próprio tempo. Os modos de temporalizar o tempo que conhecemos são ficções históricas altamente sofisticadas, que têm se sustentado no apagamento, na invisibilidade, no genocídio, na violência e no racismo.

Saudamos cronologias, linhas de tempo, sucessões e, dessa forma, contamos histórias frias e distantes, acomodadas no passado e esquecidas em seus efeitos e em sua vitalidade.

O que a Mangueira fez foi carnavalizar o tempo, que, no canto dos intérpretes e no enredo que desfilou na avenida, tornou-se emaranhado, coexistência, rizoma.

O Acontecimento não é exatamente o fato “Mangueira 2019”, mas a carnavalização do tempo e da vida que acompanha o desfile como efeito atemporal, incorporal, virtual, intensivo.

Essa carnavalização não termina depois dos aproximados 82 minutos do desfile; ela não é do antes, do depois ou do agora. Ela é uma qualidade intensiva que nos impele a pensar, a escrever e a criar a vida. O acontecimento não tem contexto, não se pode o ver debruçado sobre uma linha. Ele atravessa e constitui a duração da nossa experiência. A Mangueira nos convida a um mergulho no elemento vi-

tal da criação. Uma vez destituída de seu contexto, desviada da linha que a situa numa cronologia, resta a perplexidade que a carnavalização do tempo e da vida efetua num desfile na Marquês de Sapucaí. Mangueira 2019 é o acontecimento em efetuação. Eis porque é muito difícil situar a carnavalização numa sucessão, numa continuidade ou numa linha. Portanto, não se trata de ver a carnavalização carregada de todas as individualizações preconceituosas e discriminatórias, que a mostram como uma desorganização ou uma inversão. Não se trata também de reduzi-la às pessoas que a fazem brilhar ou aos eventos que descortina na história do Brasil. Porque o acontecimento é o tempo, a liberdade e o entusiasmo. Forças que movem a vida e criam novos olhares e novos dizeres sobre a nossa História. O Desfile passou. O acontecimento é eterno, como é eterna a escuta que se abre para as existências, as vidas das pessoas, os corpos, as lutas, os encontros.

Um tempo carnavalizado não é linha nem sucessão, nem evolução, nem progresso, nem períodos ou etapas. É coexistência entre passado, presente e futuro. O passado, para a Mangueira, não passa, mas insiste e coexiste.

A *História para ninar gente grande* criticou profundamente uma temporalização criada desde o século XV, baseada num julgamento moral dos povos, na invenção do conceito de raça, no colonialismo e na emergência da colonialidade. Numa palavra: destruiu, peça a peça, a poderosa ficção chamada Evolução, que tem nos informado de que há povos primitivos e povos avançados; de que há o antiquado e o moderno; de que há a razão e o corpo; de que há a ciência e a arte; de que há homens inteligentes e mulheres sensíveis. Polos distanciados pelo valor, que gera preconceito, discriminação e dominação.

Mangueira não dá voz nem aprisiona em narrativa, nem escava lugar nos livros. Ela e o seu carnaval são gritos que, paradoxalmente, promovem o silêncio, para que se possa aprender com os povos negros, com os povos indígenas, com as mulheres, com as artistas. Carnavalizar a vida, não apenas para o dia do carnaval, mas para recriar as relações e potencializar novos encontros.

Mangueira nos promete um novo tempo. O tempo da liberdade. A liberdade de se deixar afetar pelos acontecimentos. A liberdade de carnavalizar a história e a vida. De escutar o ruminar, às vezes imperceptível, das temporalidades, das cosmologias, dos sonhos, da imaginação e do silêncio.

A liberdade de estar no silêncio. De não estar disposto, predisposto, indisposto. Livre para poder acolher a experiência. Desviado da linha, mergulhado no mistério do tempo que a Mangueira mostrou e afetou, com arte, ciência e corpo. Tudo ao mesmo tempo.

*Professor da Faculdade de Educação/UFRGS



FOTO: GUILHERME KID/ARQUIVO PESSOAL

Na Zona Oeste do Rio de Janeiro, o artista de rua Guilherme Kid criou grafite que faz referência à versão da bandeira nacional usada no encerramento do desfile da escola de samba em 2019



Diálogos em pintura



Detalhe do painel
Panorâmica II (2018),
desenvolvido em conjunto
pelos integrantes do
Studio P

FOTO: ROCHELE ZANDAVALLI/SECOM

Arte Intercâmbio entre artistas e com outras expressões artísticas marcam o momento da pintura

Emerson Trindade Acosta*
Everton Cardoso**

Sozinho em seu ateliê, o pintor concentra-se na imagem que faz surgir sobre a tela. Introspectivo, usa tons, cores e texturas para expressar no exterior suas emoções, sua linguagem e, assim, criar uma peça que pretende sensibilizar quem a observe.

A imagem do artista solitário, mais em contato com seu ateliê e universo interior do que com 'o mundo lá fora', foi retratada inúmeras vezes em obras de arte, inclusive na própria pintura, e é bastante verossímil. Um cenário que cria uma dualidade muito forte. O diretor do Museu de Arte do Rio Grande do Sul, Francisco Dalcol, observa que a dinâmica de criação do artista é uma forma de resistência ao ritmo da vida moderna. "Algo importante da pintura, em termos contemporâneos, de uma sociedade hipermediada por telas e dispositivos, é que ela convoca tanto o artista quanto o público para um outro espaço-tempo. E também resgata o

aspecto manual, artesanal, em um tempo tão automatizado, imediato. Ela demanda um tempo de observar e parar, de voltar a esse vagar. A pintura se mostra essencialmente um ato político no nosso contexto histórico de hoje."

Já a professora do Instituto de Artes da UFRGS e artista Marilice Corona pondera que fugir do isolamento pode gerar um crescimento importante para o pintor. Graduada em Artes Visuais pela UFRGS em 1988, conta que desde a época de graduação tentava criar um espaço para estudo e produção coletiva em pintura, mas só a partir de 2015, em diálogo com alguns alunos do IA, começa a surgir um embrião do que hoje é o Atelier Aberto Studio P. "A pintura é um trabalho isolado do artista em seu ateliê. É muito difícil ter um coletivo. Quando se pensa nesse conceito, se pensa em grafite. Mas como é fazer um grupo que tem ações coletivas, mantendo o trabalho independente de cada um, com o grupo ajudando a ir pra frente? Essa experiência trouxe o que queria naquela época e nunca consegui com meus colegas. Foi uma maneira de criar uma interlocução com alunos e ex-alunos, alguns artistas atuantes na cidade. O grupo surge de uma necessidade de não se restringir às disciplinas. Depois de terminar a graduação, os alunos do IA vão cada um para seu ateliê e se encerra a interlocução, fica um trabalho muito sozinho. É um espaço pra estudar a pintura, ter um lugar pra discutir o trabalho, ler algumas coisas e continuar estudando pintura, para quem é interessado na relação da linguagem com outros meios."

Andressa Lawisch, estudante do IA e participante do Studio P, corrobora essa visão: "O grupo todo vai se apoiando, e isso ajuda a ver o próprio trabalho, ter um distanciamento que às vezes é necessário. A gente fica junto com o grupo, e vê algo que acha interessante e usa no próprio trabalho. Às vezes uma simples pergunta, um questionamento de alguém te faz ir pra casa refletindo". Essa é uma dinâmica que foi determinante para solucionar um impasse criativo do também integrante do coletivo Antonio Vasques: "No ateliê aberto consegui sair de uma visão restrita do que achava que precisava fazer. Me libertei temática e tecnicamente. Poderíamos pensar que o trabalho iria se misturar e acabaríamos fazendo coisas parecidas, mas a verdade é que a gente consegue entrar melhor na nossa individualidade artística, e com o grupo ajudando, porque não tem lógica de competição, mas de colaboração". Resultado: depois de três anos, finalizou o Trabalho de Conclusão de Curso e se graduou em Artes Visuais.

Hibridismo – A própria pintura vive um momento de ruptura de isolamento, e não apenas os artistas. O intercâmbio também se dá na lógica entre poéticas e mesmo com outras artes, uma perspectiva que norteia as práticas no Studio P, como atesta Marilice: "Essa ideia da pintura pura já caducou, foi ultrapassada. Desde os anos 70 vivemos um hibridismo de linguagens, não é à toa que a colagem é uma das linguagens do momento. E não só a colagem como técnica, mas como lógica de pensamento. Isso

tem a ver com nossa relação com a internet, esse manancial de imagens que articulamos o tempo inteiro".

O acervo do MARGS representa essa diversidade e trajetória histórica da pintura de forma cronológica, como lembra Francisco. "A pintura é uma das artes mais tradicionais, mas o acervo do Museu não é focado em um tipo de arte. Começa com obras do século XIX, quando a pintura é mais rígida, existiam padrões que deveriam ser respeitados pelo artista, que muitas vezes era levado a copiar os mestres até desenvolver uma linguagem própria. Em um momento posterior, se a gente o colocar como sequência desse modelo da arte mais acadêmica, tem-se a chamada arte moderna, que é a ruptura com modelos, regras de como a pintura deve ser feita. A arte moderna opera esses desdobramentos numa renovação e experimentação de linguagem. Depois, na arte contemporânea, os resultados das práticas e investigações artísticas também estão representados no MARGS. O acervo é bastante rico, diverso e complexo. Tem bastante representatividade em pintura, mas têm também desenhos feitos em papel, esculturas, objetos e outras manifestações artísticas. Reflete essa linha temporal do século XIX para cá e também da diversidade das práticas artísticas da atividade contemporânea."

As experimentações em arte levam uma técnica tão antiga quanto a comunicação humana a continuar se reinventando, apesar de, na avaliação de Francisco, a pintura ser uma constante na história. "Dentro da história da arte, muitas vezes é decretada a morte da pintura, e lá

pelos tantos ela ressurgiu, renasceu. E muitas vezes esse movimento é protagonizado por jovens artistas, o que é importante, porque renova, oxigena e leva a pintura a novos caminhos." Para Marilice, esse redesenho no caminho se manifesta também nas vidas profissionais de artista e professora, e ainda em âmbito pessoal. "Minha relação com os integrantes do Studio P começa como orientadora, até na academia, mas hoje é de parceria. Quando estou produzindo minhas coisas, mando pra eles. Me sinto bem alimentada por eles, por coisas que eu mesma não conseguia resolver no meu trabalho. As exposições, as aulas fazem a gente pensar e colocar em dúvida as próprias certezas o tempo todo. 'Estou ensinando isso há muito tempo, será que não tá na hora de mudar? Essa geração nova que tá entrando está preocupada com as mesmas coisas que eu?' Sempre questiono – ser professor tem isso, de colocar a gente em crise. E dar aula me renova, me coloca em contato o tempo todo. Algo que adoro neles é a utopia, que os mais velhos vão perdendo e é absolutamente irritante. Os teus sonhos são redimensionados aos 40 anos e mais aos 50. Essa esperança de que as coisas podem ser feitas é importante, com o também o é conseguir imaginar que as coisas podem ser transformadoras. O trabalho de arte é uma neurose, é o mesmo a vida toda, o que muda é o modo com que se encara o problema."

*Estudante do 8.º semestre de Jornalismo da UFRGS
**Repórter



DESTAQUE



Neva será o espetáculo que dará início à Mostra TPE deste ano

Pesquisa em cena

Todos os anos a Sala Qorpo Santo se faz laboratório quando lá acontece a *Mostra Universitária Anual de Teatro: Teatro, Pesquisa e Extensão (TPE)*. O projeto oportuniza aos alunos do Departamento de Arte Dramática (DAD) apresentarem seus espetáculos produzidos durante a graduação como uma forma de aperfeiçoar a equipe e, consequentemente, o espetáculo por meio da reação do público e de todos os processos produtivos que envolvem a experiência da apresentação.

“É um laboratório tanto para quem é da equipe [técnica] quanto para quem apresenta. No curso, tu apresentas uma vez, no máximo duas. Então, quando tu tens essa possibilidade de apresentar uma temporada do espetáculo, aprendes, porque cada público é um e cada dia o espetáculo se modifica”, justifica Inês Marocco, coordenadora do TPE. Segundo a professora, o teatro, enquanto produto artístico, apesar de qualquer crise, proporciona a possibilidade de experimentar e transcender. É por isso que a 17.ª edição do TPE tem como tema Arte, Crise e Experimentação.

Com texto de Guillermo Calderón e direção de Silvana Rodrigues, *Neva* é o espetáculo que dá início aos trabalhos deste ano.

A peça aborda a crise cultural e o poder transformador (ou alienante) da arte por meio da história da atriz russa Olga Knipper em uma companhia de teatro durante o Domingo Sangrento — massacre que aconteceu em 1905 na cidade de São Petersburgo.

Além das fichas de avaliação comumente distribuídas ao público em cada sessão, neste ano o TPE conta também com o retorno dado pelas críticas publicadas no blog *Qorpo Crítico*, projeto de extensão coordenado pelo professor Henrique Saidel que estreia este mês. “O blog vai ajudar na formação de um pensamento mais amplo sobre as artes cênicas, com algum tipo de reflexão teórica aplicada na área de espetáculos. [...] Por outro lado, para os alunos que recebem as críticas, é importante porque os espetáculos criticados já saem da Universidade com mais chances de ter uma sobrevida, de continuar e entrar no circuito profissional. A peça ganha mais destaque se recebe uma crítica publicada”, explica. O endereço é www.ufrgs.br/qorpoqritico.

O TPE se estende até novembro, com sete espetáculos todas as quartas-feiras de abril, às 12h30 e 19h30, na Sala Qorpo Santo. A entrada é entrada franca.

CINEMA

Mostra “O Expressionismo alemão”

Local: Sala Redenção

Promovida pelo Setor de Letras do Instituto de Letras da UFRGS em parceria com o Instituto Goethe, a mostra é fruto do projeto de extensão Aprendendo a Legendar, que oferece aprendizagens sobre o processo de legendagem de filmes e sobre o cinema alemão.



NOSFERATU

Friedrich Wilhelm Murnau | Alemanha | Ficção | 1922 | 94 min

Um corretor de imóveis é enviado para uma remota região da Transilvânia para encontrar uma casa para o conde Orlock, um vampiro milenar que, ao ver uma foto da esposa do corretor, se sente imediatamente atraído pela moça e começa a persegui-la.

Sessões: 08 de abril, 16h; 12 de abril, 19h



O GABINETE DO DOUTOR CALIGARI

Robert Wiene | Alemanha | Ficção | 1920 | 72 min

Um pequeno vilarejo é abalado pela chegada do Dr. Caligari e do seu show com o sonâmbulo Cesare, supostamente adormecido há 23 anos e capaz de prever o futuro.

Sessões: 09 de abril, 19h; 10 de abril, 16h



M - O VAMPIRO DE DUSSELDORF

Fritz Lang | Alemanha | Ficção | 1931 | 117 min

Um misterioso infanticida causa terror e histeria entre a população. Quando a polícia não consegue capturá-lo, um grupo de foras da lei se une para encontrar o assassino.

Sessões: 08 de abril, 19h; 11 de abril, 16h



METRÓPOLIS

Fritz Lang | Alemanha | Ficção | 1927 | 148 min

Em uma cidade futurista dividida entre a classe trabalhadora e os planejadores, o filho do mestre da cidade se apaixona por uma jovem pertencente à classe trabalhadora.

Sessões: 11 de abril, 19h; 12 de abril, 16h

Mostra de Terror Giallo

A mostra contempla quatro realizadores do subgênero giallo, que coloca em evidência a questão da relação entre violência, imagem e beleza.



TENEBRE

Dario Argento | Itália | Mistério | 1982 | 110 min

Um escritor chega a

Roma para promover seu último livro, mas descobre que alguém está usando seus romances como inspiração para cometer assassinatos.

Sessões: 15, 23 e 29 de abril, 19h; 16 e 24 de abril, 16h



O SEGREDO DO BOSQUE DOS SONHOS

Lucio Fulci | Itália | Mistério | 1972 | 102 min

Baseado em fatos reais, um maníaco realiza uma série de assassinatos envolvendo um grupo de crianças em um vilarejo na Itália. Com a cidade à beira da histeria, todos passam a ser suspeitos.

Sessões: 18, 22, 26 e 30 de abril, 16h; 25 de abril, 19h

Cinemas em rede



VIAJO PORQUE PRECISO, VOLTO PORQUE TE AMO

Marcelo Gomes, Karim Aïnouz | Brasil | Drama | 2009 | 71 min

O geólogo José Renato foi enviado para realizar uma pesquisa na qual terá de atravessar todo o sertão nordestino. À medida que a viagem ocorre, ele percebe que possui muitas coisas em comum com os lugares por onde passa. Após a sessão, haverá debate em rede com os realizadores.

Sessão: 18 de abril, 19h

Exibição do documentário “Violão-canção”, mesa de conversa e sessão de autógrafos

VIOLÃO-CANÇÃO: UMA ALMA BRASILEIRA

Chico Saraiva, Rose Satiko Gtirana Hijiki | Brasil | Documentário | 2016 | 30 min

Chico Saraiva encontra sete mestres do violão – João Bosco, Sérgio Assad, Paulo César Pinheiro, Paulo Bellinati, Marco Pereira, Luiz Tatit e Guinga, para compartilhar suas experiências e discutir as particularidades desse instrumento tão popular.

Sessão: 24 de abril, 19h

Espaços (sub) traídos

O Grupo de Pesquisa Identidade e Território e a sala Redenção apresentam a mostra ESPAÇOS (SUB)TRAÍDOS. As inquietações urbanas que permeiam as pesquisas dos diversos integrantes do grupo dialogam com filmes produzidos pela cena audiovisual brasileira.



CHEGA DE FIU-FIU

Amanda Kamanchek | Brasil | Documentário | 2018 | 73 min

O filme narra a história de três mulheres, que, por meio de ativismo, arte e poesia resistem e propõem novas formas de (con)viver no espaço público. Após a sessão haverá debate com a participação de Joanna Burigo e Lívia Koeche.

Sessão: 17 de abril, 19h

EXPOSIÇÃO



A memória que se tece - O Centro Gaúcho da Tapeçaria Contemporânea (1980-2000)

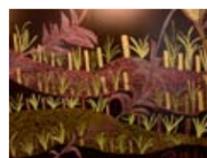
A exposição homenageia a história da arte têxtil no Rio Grande do Sul e o reconhecimento da tapeçaria pelo sistema das artes. A mostra conta com obras de mulheres artistas, entre elas Zoravia

Bettiol, Renata Rubim e Eleonora Fabre.

Visitação: até 26 de abril, das 10h às 18h, de segunda a sexta

Local: Pinacoteca Barão de Santo Ângelo

Entrada franca



Grafite de Giz

O Centro Cultural oferece um grande quadro negro dentro do seu espaço para que os artistas sejam desafiados a explorar as

potencialidades de uma ferramenta pouco habitual em seus trabalhos: o giz. O trabalho iniciado pela professora Laura Castilhos com a obra Casas será continuado por artistas da UFRGS e da cidade para explorarem esse novo suporte e interajam no espaço.

Datas: 12 a 29 de abril, com Têti Waldraff; 30 de abril a 11 de junho, com Adriane Hernandez e Kaue Nery

Local: Centro Cultural

Entrada franca

Exposição e Seminário Idioma-Imagem na Gravura de Magliani

A exposição apresenta gravuras da artista Maria Lídia Magliani, que se reconhecia essencialmente como pintora, mas que transitou com liberdade por diferentes meios. A exposição será precedida de uma conversa sobre a obra de Magliani, com Angélica de Moraes, Julio Castro e Neiva Bohns e mediação de Maristela Salvatori.

Visitação: 26 de abril a 25 de julho, de segunda a sexta, das 8h às 18h

Local: Galeria Maria Lucia Cattani (saguão da Reitoria)

Seminário
Data: 25 de abril, 17h
Local: Centro Cultural

TEATRO

Projeto Cenas Mínimas - El juego de Antonio

O projeto *Cenas Mínimas* traz apresentações cuja proposta é possibilitar a proximidade entre atores e espectadores na situação da performance. Para a abertura do projeto, no Centro Cultural, a performance *El juego de Antonio*. Haverá também uma conversa em torno da produção. Luciana Paz e Sérgio Lulkin convidam a professora Rosa Bueno Fischer.

Data: 15 e 16 de abril, 19h

Local: Centro Cultural

Ingresso: Doação espontânea diretamente para os atores

MÚSICA

Recitais com entrada franca

Local: Auditorium Tasso Corrêa

RECITAL DE PIANO DE ANDREI DE ABREU
Data: 02 de abril, 19h

CONCERTO DO CICLO SÔNICAS: MÚSICAS DE MULHERES
Data: 04 de abril, 19h

SARAU NO IA
Data: 17 de abril, 18h

VII SABADÃO E DOMINGÃO DOS CONTRABAIXOS DA UFRGS
Data: 27 de abril, das 08 às 22h; 28 de abril, das 08h às 20h

ONDE?

► Sala Redenção
Luiz Englert, s/nº
(51) 3308-3034

► Pinacoteca Barão de Santo Ângelo
Rua Senhor dos Passos, 248, 2º andar

► Centro Cultural
Senhor dos Passos, 248
3308-4318

► Reitoria UFRGS
Av. Paulo Gama, 110

► Auditorium Tasso Corrêa
Senhor dos Passos, 248
(51) 3308-1980

Meu Lugar na UFRGS

Fora do mapa

“Eu costumo dizer que tenho 11 meses de férias e um de trabalho, que é o meu mês (oficial) de férias.” É assim que, sorrindo, Osvaldo Arboit, o Osvaldinho, descreve o que faz. São 37 anos operando os transmissores da Rádio da Universidade. Como ele mesmo brinca: é mais tempo de UFRGS do que de casamento.

Todos os dias, Osvaldinho se desloca de Guaíba, onde mora, para Eldorado do Sul, local em que ficam os transmissores e a antena que levam aos fiéis ouvintes da AM 1.080 sua variada programação: do jornalismo experimental dos alunos aos clássicos da música de concerto, sua marca registrada. Apesar da curta distância entre a Rádio, que fica no Câmpus Centro, e sua torre de transmissão, os dois lugares pouco têm em comum. Em uma viagem de apenas vinte minutos, a euforia do movimentado centro de Porto Alegre é deixada para trás, dando lugar à tranquilidade daquilo que mais se parece com um pequeno sítio. Sua localização é imprecisa: para chegar lá, é preciso perguntar a quem já conhece. Mesmo próximo a uma das mais importantes rodovias federais do Estado, a BR-290, o silêncio da natureza prevalece. E é isso que faz Osvaldinho querer ficar. “Aqui no mato, longe da bagunça, a gente foge do padrão, tem que ser um pouco diferente. São coisinhas pequenas, coisas simples a serem feitas. Eu só vou a Porto Alegre quando sou obrigado”, ele ri. E ressalta: “É um lugar simples, tranquilo, mas, sem isso aqui, a nossa rádio não conseguiria ir para o ar. Se o transmissor estiver fora do ar, esquece”.

Além da pequena casa onde ficam os transmissores, do lado de fora, um pouco mais afastada, alta e imponente, está a antena. É fascinante, mas perto dela

ninguém chega. “Colocou a mão, já era, não tem volta. É o que diz o nosso engenheiro. Eu é que não vou tirar prova”, ri Osvaldinho. E nem é preciso chegar tão longe: encostar-se no aparelho que aciona a antena também pode ser fatal. Reza a lenda que já houve uma vítima: “Vocês estão vendo aquele risco na parede, do lado da bobina, que vai até ali em cima? Uma cobra que entrou no verão. Subiu e encostou a cabeça na bobina. Torrou, literalmente”, revela Osvaldinho, com tranquilidade.

Depois de tantos anos de serviço (e nenhuma refeição no RU), hoje Osvaldinho se diz fiscal, ou seja, supervisiona o trabalho dos outros operadores – que, aliás, foram todos treinados por ele. “A primeira orientação é: não sabe o que fazer, tira do ar e me chama. Não interessa se é dia, noite, fim de semana. Me comunica. É melhor do que tentar fazer alguma coisa e estragar o equipamento, que é caríssimo. A gente vai com calma, olha, analisa, e vambora”, afirma, contundente. Feliz com sua equipe, não economiza elogios aos colegas. Patrícia da Silva, responsável pela limpeza, nas palavras dele, é “fora de série, foi a nossa salvação”. Já o operador Doreni Antônio Fortes, o Toninho, é seu amigo de longa data. Entre boas histórias e brincadeiras, o clima é de descontração. “Aqui, o nosso tratamento é assim: somos uma família”, reforça Osvaldinho.

Se a torre de transmissão da rádio tivesse um rosto, seria o de Osvaldinho. Contudo, ciente da sua singularidade, ele prefere o mistério: “Não vai divulgar onde é, que depois todo mundo vai querer vir para cá”.

**Natalia Henkin,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS**



Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Perfil

Um botânico no asfalto



GUSTAVO DIEHL/SECOM

O porto-alegrense Sérgio Leite sempre morou entre prédios e sobre o asfalto. Seus pais não tinham tanto contato com a natureza, mas esta foi uma paixão que esteve sempre com ele. “Eu traduzo essa minha relação com a natureza onde eu moro: é uma casa que, para os vizinhos, é um jardim mal cuidado, mas, para mim, é um jardim ecológico”, ressalva. Confessa que sempre gostou de estar em contato com plantas, mas que sua paixão foi reforçada na adolescência. “Nas minhas férias, eu ia para uma fazenda. Eu pedia para ir para lá. Foi uma das melhores experiências da minha vida”, diz.

Com graduação em Agronomia pela UFRGS e mestrado em Ecologia pela Universidade de Brasília (UnB), o professor de Botânica brinca que foi “adotado pelos biólogos”. Não contém o sorriso quando perguntado sobre sua relação com os alunos: “A minha motivação na Universidade é dar aula”. E conta que prefere as aulas práticas para “colocar o aluno em contato com a natureza e fazê-lo pensar”. “O resto é lucro”, complementa. Ele lembra que não pensava em ser professor até surgir a oportunidade de dar aulas na Universidade. Por não ter um curso de licenciatura, confessa que aprendeu a ensinar com seus antigos professores. “Eu não tinha me programado para ser professor, mas encontrei minha vocação”, reitera.

Relembra que, no começo de sua carreira como professor, sua timidez atrapalhou um pouco. “Se os alunos não batiam em mim, já estava bom”, brinca. Porém, ao caminhar pelo Câmpus do Vale, o professor se mostra

uma pessoa muito popular entre os estudantes. Ele estava mostrando sua sala e uma aluna o parou para lhe dar uma carteira personalizada – com árvores, animais e sua imagem no meio da natureza. Depois, um longo abraço. “Até me caiu os botões do bolso”, gargalha. O professor lembra a brincadeira de um amigo seu que diz que ele parece “tronco de árvore em uma enchente”, pois sempre vai interrompendo suas caminhadas para conversar com alunos e colegas.

Esse carinho todo que recebe pode estar atribuído a suas atitudes em sala de aula. “Abro mão do poder de professor, da minha autoridade, em favor de uma relação mais autêntica, mais aberta”, relata. Considera-se um homem do diálogo e conta que em uma de suas aulas surgiu uma discussão entre veganos e não veganos na qual interviu para que o consenso prevalecesse.

“Eu já podia ter me aposentado, pois já tenho 35 anos de carreira, mas acredito que tenho mais uma missão aqui.” Sua relação de afeto com a comunidade acadêmica é notável. Caminhando pelo departamento de Botânica, faz questão de apresentar cada um que trabalha com ele: “Essa é a Camila, ela já foi minha aluna e agora é minha colega. Mas também é minha amiga”.

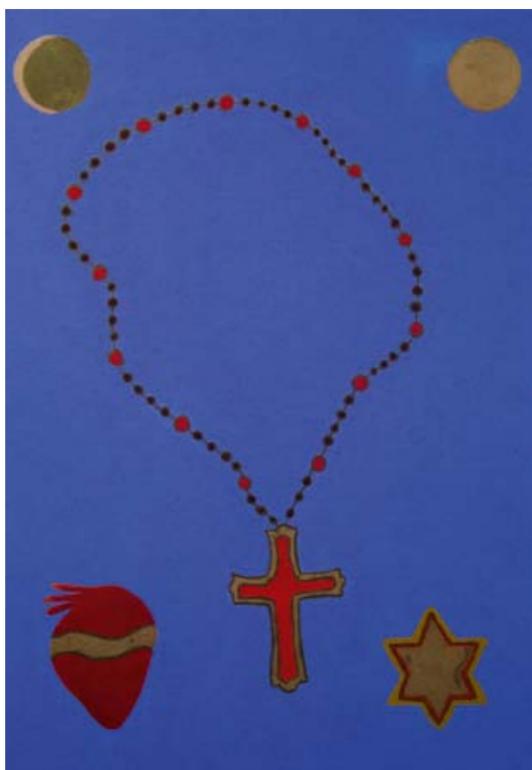
Hesita um pouco para falar de sua infância, um ato involuntário que demonstra um pouco a timidez em falar de si. “Fui muito amado pelos meus pais”, diz com nostalgia. Filho de pais adotivos – a mãe foi professora de ensino fundamental, e o, pai advogado –, conta que sempre

teve uma ótima relação com eles. Ainda assim, foi à procura de seus pais biológicos. “Eu encontrei um monte de irmãos, tanto por parte do meu pai quanto por parte da minha mãe, e hoje eu convivo com meus irmãos biológicos e com minha irmã adotiva. Minha família se ampliou.”

Quando está fora da Universidade, é um ávido leitor. “Procuro estar muito atualizado com a realidade, mas sou um cara pouco virtual. Leio a imprensa tradicional, a imprensa escrita”, complementa. E, quando o assunto é meio ambiente, diz que consegue perceber uma preocupação maior das pessoas em relação à preservação, mas ainda assim levanta uma questão: “Eu tenho muita preocupação em viver no mundo urbano com essas tecnologias”.

O professor não se cansa de falar que se sente bem na UFRGS e sorri ao dizer que, nas férias, fica “meio desasado”. Ele reitera o quão importante é sua relação com a comunidade acadêmica para exercer sua profissão. Ainda, revela que sua vida pessoal está diretamente ligada à vida profissional e conta que certa vez estava concentrado e perdeu o último ônibus. “Trabalhei até umas 2h da manhã e depois dormi no chão da minha sala”, lembra. O professor é, ao mesmo tempo, um homem tímido que se torna professor e um menino que cresceu na capital e se tornou botânico. E sintetiza: “Sérgio Leite é um cara que está tentando se encontrar”.

**Karoline Costa,
estudante do 3.º semestre
de Jornalismo da UFRGS**



Discurso com atitude

FOTOS E TEXTO **ROCHELE ZANDAVALLI**

Penso ser inevitável a constante tensão entre o campo artístico instaurado e as infinitas forças que o extrapolam ou dele são excluídas. Desde o período moderno, valorizamos a experiência de vida e o meio ao qual pertence o artista. É dissonante, porém, que o mercado consumidor e as instituições envolvidas se aproveitem dessa abertura ao social, mas mantenham uma postura de especulação e elitização da arte. Sob a fachada do discurso socialmente engajado, encontramos uma sólida e mofada estrutura erigida com tijolos pesados demais. Perpetua-se assim a arte hierárquica. Sinto que algumas conquistas correm o risco de repetir a história de Jean Michel Basquiat, um dos poucos artistas negros mundialmente reconhecidos. Sua curta e trágica biografia é um exemplo de que o mercado de arte está mais interessado em vender produtos relacionados a conflitos sociais do que em ajudar a dissolvê-los. Aproveitar-se de promissores artistas e da ressonância das demandas sociais por eles trazidas sem assimilar e modificar as estruturas é um visível atraso das políticas expositivas e mercadológicas institucionais. De nada adianta apropriarem-se do discurso se o campo não se abre às mudanças que se fazem necessárias. Incluir não é apenas uma palavra, é um verbo, e verbo pressupõe ação, atitude. Parece-me ser mais produtivo e revolucionário viver a arte entrelaçada à vida, à sociedade e à energia vibrante que continua rejeitada por um campo que deveria ser aberto e múltiplo.

Fotos das pinturas desenvolvidas pelo projeto **Artinclusão**, um trabalho idealizado pelo professor e artista **Aloizio Pedersen** que pretende contribuir para a ressocialização de adolescentes da **Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do RS - Fase**.

ROCHELE ZANDAVALLI É ARTISTA VISUAL, COM MESTRADO EM POÉTICAS VISUAIS PELO PPGAV DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS. ATUALMENTE É PROFESSORA NOS CURSOS DE FOTOGRAFIA E CINEMA E REALIZAÇÃO AUDIOVISUAL NA UNISINOS E FOTÓGRAFA NA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DA UFRGS.